

Dora Kramer*

Cada um no seu quadrado

Todo gesto na política tem um significado. Quando acompanhado de palavras, uma leitura das entrelinhas ajuda a esclarecer a intenção. Passada no raio-X, a manifestação de Gilberto Kassab (PSD) na sexta-feira (20) indica um afastamento de Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Primeiro, o contexto: no fim de janeiro, quando ficou claro que o governador abandonaria a ideia de se candidatar à Presidência para apoiar Flávio Bolsonaro (PL), o secretário de Relações Institucionais do governo de São Paulo falou que o chefe precisava ter personalidade, criar identidade e não se submeter aos ditames do bolsonarismo.

Tarcísio reagiu, dizendo que não se tratava de submissão, mas de gratidão.

Passadas mais de duas semanas, o governador voltou ao assunto, aparentemente do nada. Quem fala em submissão não entende nada de lealdade, disse sem que tivesse havido nova provocação. Provavelmente a ideia era reafirmar seu apoio a Flávio, com quem tem encontro marcado para esta semana.

Kassab não deixou barato, divulgou extensa nota ressaltando seus acertos na vida pública sem deixar de apontar os poucos erros, reafirmou a articulação de candidatura própria de seu partido a ser escolhida entre três governadores e elencou pontos do que seria um programa de governo.

Diante disso, a conclusão lógica é a de que Gilberto Kassab já não se sente à vontade para militar ao lado de Tarcísio

de Freitas. Percebeu a impossibilidade de vir a compor a chapa da reeleição como vice, informou a quem possa interessar que seguirá caminho distinto daqui até a eleição e sinalizou que deve concretizar o anúncio feito em dezembro de que deixaria a função no Palácio dos Bandeirantes para cuidar de fortalecer o PSD.

Pode ser que não seja nada disso? Pode, mas aí os gestos e as palavras de ambos os lados não fariam o menor sentido. E, como sabemos, na política todo gesto tem um significado que as palavras esclarecem nas entrelinhas quando não se quer um rompimento. Só um estratégico afastamento.

***Jornalista e comentarista de política**

Marcelo Brandão

Quebra de patentes das “canetas para emagrecimento”: solução imediata ou risco estratégico?

A Câmara dos Deputados aprovou, no último dia 9 de fevereiro, a tramitação em regime de urgência do projeto de lei que pode permitir a licença compulsória — popularmente chamada de “quebra de patente” — de medicamentos como Mounjaro e Zepbound, ambos produzidos à base de tirzepatida. O regime de urgência permite que o tema seja levado diretamente ao plenário sob o argumento de “interesse público”, sem passar pelas comissões técnicas da Casa.

Estamos falando das chamadas “canetas para emagrecimento”, indicadas para diabetes tipo 2 e obesidade, duas condições que impactam milhões de brasileiros e representam um desafio crescente para o sistema de saúde. Mas o debate vai muito além da saúde pública, pois trata-se de um mercado bilionário em expansão.

Os números ajudam a dimensionar o tamanho da discussão: segundo relatório da UBS BB, esses medicamentos movimentaram cerca de R\$ 11 bilhões em 2025 no Brasil. E a projeção é que o mercado alcance R\$ 20 bilhões até o final de 2026, impulsionado, inclusive, pela entrada de genéricos com o vencimento da patente da semaglutida.

Ou seja, além da discussão sanitária, estamos diante de um mercado bilionário que envolve indústria farmacêutica, comércio, serviços, em

pregos, arrecadação e investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

O que diz a lei? Do ponto de vista jurídico, é importante esclarecer: a licença compulsória já está prevista na Lei de Propriedade Industrial brasileira. Ela pode ser aplicada em casos de: Interesse público; Emergência nacional; Abuso de poder econômico; Falta de exploração da patente.

Até o momento, não há emergência sanitária declarada relacionada a esses medicamentos. O que existe é um debate político e econômico sobre ampliação de acesso, especialmente via SUS.

E aqui surge a pergunta central: A quebra de patente é uma solução estrutural ou pode gerar um efeito colateral jurídico e econômico?

Os possíveis benefícios da quebra da patente são: ampliar o acesso da população; reduzir preços no curto prazo; permitir incorporação mais rápida ao sistema público de saúde.

Em um país com profundas desigualdades sociais, o argumento do acesso tem peso legítimo e relevante.

Os riscos estratégicos

Por outro lado, é preciso analisar o outro lado da moeda. A adoção recorrente desse instrumento pode sinalizar insegurança jurídica; reduzir a previsibilidade regulatória; afastar investimentos em pesquisa e desenvolvimento; comprometer a

atratividade do Brasil para inovação farmacêutica.

Medicamentos como esses levam anos, às vezes décadas, de pesquisa, testes clínicos e bilhões em investimento antes de chegarem ao mercado.

Sem um ambiente de segurança jurídica, o país pode até garantir acesso imediato, mas comprometer a vinda de novos centros de pesquisa, ensaios clínicos e tecnologias futuras.

Nem vilã, nem salvadora

A licença compulsória não é, por si só, vilã nem heroína. Ela é um instrumento extremo — e, como todo instrumento extremo, exige responsabilidade, critérios técnicos e visão estratégica de longo prazo.

O verdadeiro desafio está no equilíbrio entre inovação, acesso à saúde, segurança jurídica e política industrial estratégica. Sem inovação, não haverá novas patentes para discutir no futuro.

O debate atual é legítimo. Mas precisa ser técnico, transparente e estratégico, não apenas emocional ou circunstancial.

A pergunta que fica é: Como equilibrar o direito à saúde com o incentivo à inovação, sem comprometer o futuro da pesquisa no Brasil? Essa é a discussão que realmente importa.

***Diretor da Vilage Marcas e Patentes de Campinas**

Vicente Loureiro*

A transformação digital das cidades

As novas tecnologias estão cada vez mais presentes na gestão das cidades. Melhorias nas infraestruturas, alavancadas por empresas e por governos, visando elevar o padrão de qualidade de vida e facilitar a vida do cidadão, frequentam o cenário urbano brasileiro há tempos. Já contabilizam, inclusive, resultados auspiciosos. Esbarram, ainda, em obstáculos para fazer com que tais benefícios cheguem a toda a população.

A chamada exclusão digital deixa no ar a pergunta: quem se beneficia, de fato, das chamadas cidades inteligentes? Empresas de tecnologias disruptivas chegaram para levar diretamente aos cidadãos alguns serviços, como aplicativos de transporte, a exemplo do Uber, ou de locação de imóveis, como o Airbnb, sem que, necessariamente, as infraestruturas e os serviços públicos por eles utilizados recebessem a devida compensação. Sem contar os efeitos da precarização das relações de trabalho por eles estimuladas. Por conta disso, talvez, uma onda mais recente dessas novas tecnologias pretenda trazer mais valor público às iniciativas, pon-do em xeque o domínio dos dados pelas gigantes da tecnologia.

Estratégias de governança éticas e inclusivas da digitalização urbana, por meio da regulação adequada, da redução das desigualdades digitais e sociais, do controle compartilhado dos dados e dos riscos à privacidade, seguem sendo, entre outros, os principais desafios da transformação digital das cidades no Brasil e no mundo. Aumentar a participação direta do cidadão, por meio de plataformas como o Colab, pode contribuir para garantir o alcance público de tais inovações.

Condições para aprimorar a compreensão e a modelagem do ambiente construído por meio de gêmeos digitais, o uso de dados de telefonia móvel para formular ou ajustar políticas públicas, a disponibilidade de tecnologias para espacializar e monitorar as atividades desenvolvidas no espaço público, a possibilidade de acompanhar, por meio de sensores, a qualidade do ar, do pavimento das vias etc., são recursos já em uso, capazes de catapultar a velocidade e o alcance das transformações digitais nas cidades.

A crença, também crescente, de que as novas tecnologias ajudarão a corrigir problemas estruturais da sociedade contemporânea precisa ser confrontada. Acreditam seus mais radicais e extremados defensores que cidades independentes, as chamadas seasteading, localizadas nos oceanos, em águas internacionais, livres, portanto, da jurisdição, do território e do controle de qualquer nação, guardariam o futuro da vida urbana no planeta.

Não é coincidência que esse mesmo grupo de ativistas das novas tecnologias creia também que a democracia chegue ao fim. É preciso ficar plugado, mas sem tirar a mão da tomada.

***Arquiteto e urbanista**